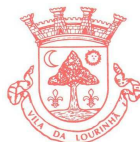


ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Início da reunião: 15,15 horas

Términos da reunião: 18,00 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: João Duarte Anastácio de Carvalho

Vereadores: Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira

José António da Costa Tomé

António Augusto Baptista Antunes

Carla Maria Pereira Custódio

João José da Silva Serra

Hernâni Luís Henriques Santos

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

Cargo: Assistente Técnico

ATAS APROVADAS: A Câmara deliberou aprovar os textos das Atas n.ºs 13/2019 e 14/2019; de 09/05/19 (Ext.) e 17/05/19, respetivamente. O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Hernâni Santos não participaram na discussão para aprovação do texto da Ata n.º 14/2019, dado que não estiveram presentes na reunião da Câmara de 17.05.2019.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

ABERTURA DA ACTA

----- Aos 28 dias do mês de maio de 2019, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, pelas 15,15 horas, o Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, José António da Costa Tomé, António Augusto Baptista Antunes, Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Hernâni Luís Henriques Santos, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

ATAS APROVADAS: A Câmara deliberou aprovar os textos das Atas n.ºs 13/2019 e 14/2019; de 09/05/19 (Ext.) e 17/05/19, respetivamente. O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Hernâni Santos não participaram na discussão para aprovação do texto da Ata n.º 14/2019, dado que não estiveram presentes na reunião da Câmara de 17.05.2019.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO (Nº 2 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): A Câmara deliberou iniciar a reunião com o Período de Intervenção Aberto ao Público, tendo-se registado as seguintes inscrições:

Nome: Armando José da Costa
Assunto: Sinalização Vertical – Passadeira de Peões, junto à Capela de S. Sebastião
O munícipe Armando José da Costa alertou para a necessidade premente de serem criadas medidas de segurança em relação à passadeira que está situada na Rua Machado Santos - Lourinhã, perto da Capela de São Sebastião. A mesma, efetivamente, apresenta um elevado grau de insegurança para os peões, dado que, para além da falta de visibilidade, também os automobilistas passam ali com bastante velocidade, sendo que existem fortes probabilidades de ocorrer, na aludida passadeira, atropelamentos. Ele próprio, no presente dia, ia sendo atropelado. Deste modo, sugeriu que seja colocada sinalização vertical, assim como lombas ou semáforos para obrigar os automobilistas a reduzir a velocidade. Chamou também à atenção para a passadeira que está junto ao Posto de Turismo, dado que, na sua opinião, também apresenta riscos para os transeuntes. Deste modo, deveria reforçar-se as medidas de segurança junto à mesma. Referiu ainda que existem árvores na Lourinhã que não têm qualquer apoio, pelo que em dias de vento forte existe o risco de se partirem. Assim sendo, solicitou que os técnicos da Câmara verifiquem esta situação. O Sr. Vereador João Serra referiu que o requerimento apresentado pelo munícipe Armando José da Costa, em relação à passadeira na Rua Machado Santos, foi remetido para a Proteção Civil Municipal para verificar esta situação, assim como para apresentar uma solução para resolver o referido



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

problema. Assim, confirmou que a situação já está devidamente sinalizada.

Nome: Maria Otília da Silva Monteiro

Assunto: Atividade ruidosa do Villa Park Café

Discussão/Decisão:

A munícipe **Maria Otília da Silva Monteiro** questionou sobre o ponto de situação relativamente às diligências que o município levou a cabo para suprir os problemas de barulho excessivo e demais situações reportadas nas reuniões da Câmara de 27.03.2019 e de 24.04.2019. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que a Câmara aprovou uma proposta para a elaboração do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços. Tem a informação que o mesmo está a ser finalizado, pelo que depois será alvo de discussão e eventual aprovação em sede de reunião de Órgão Executivo. A munícipe **Maria Otília da Silva Monteiro** referiu que as aludidas situações mantêm-se. Inclusive, na passada segunda-feira, observou algo que a enervou bastante. Isto está a causar-lhe graves problemas na sua saúde e não pode continuar. Pediu, encarecidamente, que a Câmara diligencie no sentido de resolver este problema. Referiu ainda que, entretanto, deu entrada, na Câmara, uma exposição por escrito. Informou também que pediu apoio ao munícipe Armando José da Costa para a auxiliar a dirimir esta situação, dado que, como já referiu, a sua saúde está afetada. O munícipe **Armado José da Costa** referiu que este problema já foi reportado em 2015 e até à data não foi solucionado, pelo contrário, a situação piorou. Deste modo, questionou se a Câmara alguma vez aplicou alguma coima ao Villa Park Café, com base numa eventual comunicação por parte da GNR. De seguida, colocou as questões constantes no requerimento que deu entrada para suportar, na presente reunião, a respetiva intervenção, tendo o documento sido registado com o n.º 4672/2019 e cujas questões abaixo se transcrevem:

- “ – *De quem é a responsabilidade pela fiscalização do ruído?*
- *Qual o horário de funcionamento do referido estabelecimento?*
- *Está o mesmo autorizado a ter sala de jogos?*
- *Está devidamente autorizado a ocupar o espaço pedonal existente em volta do edifício principal?*
- *Ruídos incomodativos com caixote lixo todos os dias à 1 h da manhã.*
- *Está o proprietário autorizado a fazer estacionamento no espaço de lazer situado a poente do estabelecimento?*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

- *Está autorizado a ocupar o espaço verde público com mais uma esplanada?"*

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que, para além de outras medidas que estão a ser tomadas (Ex. elaboração do acima mencionado Regulamento), também irá reunir com o arrendatário para tentar resolver esta situação da melhor forma possível. Em relação às questões que foram colocadas e que estão expressas no requerimento registado com o n.º 4672/2019, referiu que irá dar as respostas às questões, posteriormente, por escrito. A Sr.ª Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que, de acordo com as regras que existem ao nível do período de intervenção aberto ao público, as respostas por parte do Sr. Presidente da Câmara deveriam ser dadas na presente reunião, dado que o requerimento registado com o n.º 4672/2019 deu entrada com 3 dias antes da data da reunião. Portanto, de acordo com as regras estabelecidas o Sr. Presidente da Câmara deveria ter vindo preparado para dar as respetivas respostas. Referiu ainda que na reunião da Câmara de 24.04.2019 pediu ao Sr. Vice-presidente da Câmara, uma vez que estava a presidir à referida reunião, que analisasse o contrato de arrendamento, uma que, atualmente, considera que é o único instrumento que lhes pode oferecer alguma defesa neste caso, até porque o novo regulamento ainda está a ser elaborado. Deste modo, pediu que o respetivo contrato seja remetido aos vereadores para que possam todos fazer uma análise do mesmo. Disse também que, como é sabido, a administração do condomínio é feita pela sua empresa (Idealcondomínio) e, embora não pretenda misturar aqui situações, quer dizer que este assunto está no limite por parte dos condóminos. Os mesmos têm-se manifestado junto da administração e, entretanto, terá que realizar-se uma assembleia de condóminos por causa deste problema. Portanto, quer deixar aqui esta referência, porque se a Câmara não resolver esta questão, terá que se enveredar para outros meios, embora não saiba ainda qual é o entendimento ou quais são as intenções dos condóminos, que, certamente, lhe irão transmitir na aludida assembleia. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que, no que concerne às questões que foram colocadas no requerimento registado com o n.º 4672/2019, esta matéria foi abordada ontem à tarde pelos serviços, pelo que, como referiu, as respostas serão dadas, oportunamente, por escrito. O Sr. Vereador **João Serra**, dirigindo-se à Sr.ª Vereadora Vanda Oliveira, referiu que, na sua opinião, quando se trata de assuntos onde os elementos do Órgão Executivo se apresentam como parte interessada, os mesmos devem abster-se de se pronunciar, devendo, inclusivamente, ausentaram-se da sala, tal como irá fazer quando for discutido o ponto 6 da Ordem do Dia da presente reunião. A Sr.ª Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que a sua intervenção foi no sentido de salvaguardar o interesse do município, porque não tem



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

qualquer interesse que a Câmara seja arguida num processo judicial por causa desta situação. Foi, efetivamente, por este motivo que fez a sua intervenção. Não existe nada que esteja a ser objeto de votação. Portanto, não há aqui conflito de interesses da sua parte enquanto administradora do condomínio ou enquanto vereadora. Neste caso, se houve interesse, foi em defesa do município. Na sua opinião, devem tentar resolver este problema antes que seja encaminhado para outras vias. É, efetivamente, esta a sua intenção como vereadora. Até porque, tem conhecimento sobre o estado dos condóminos em relação a esta matéria e, por conseguinte, considera que, na qualidade de vereadora, tem que defender o município e os interesses dos munícipes. É somente este o seu objetivo. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** solicitou que as respostas que serão enviadas por escrito à munícipe Maria Otília da Silva Monteiro sejam, igualmente, remetidas, para conhecimento, a todos os vereadores.

Nome: João da Fonseca

Assunto: Escoamento de águas pluviais, para o seu terreno - Atalaia

Discussão/Decisão:

O munícipe **João da Fonseca** referiu que as águas pluviais continuam a escorrer para o seu terreno de forma indevida. Já foi retirado um tubo, mas é necessário retirar um outro que está também colocado no terreno. Portanto, solicitou que esta situação seja resolvida. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que irá ser retirado o respetivo tudo. Explicou ainda ao munícipe João da Fonseca quais são as obras que se perspetiva executar no local para resolver este problema de forma definitiva.

Nome: Ana Cristina Rua

Assunto: Solicita esclarecimentos sobre o processo 12/3845/19

Discussão/Decisão:

A munícipe **Ana Cristina Rua** referiu que junto à sua residência, sito na Rua das Barrocas – Casal das Barrocas – Moita dos Ferreiros, estão a ser executadas obras sem licença e as mesmas são feitas, habitualmente, aos fins-de-semana e em dias de feriado. A fiscalização da Câmara já fez uma visita ao local, mas as obras continuam a decorrer. Portanto, foram construídos muros e uma caixa para a passagem de águas pluviais com dimensões exageradas, com 1,5 m a nível de alvenaria e muito precária para a passagem de águas. Esta situação, no futuro, quando chover, certamente irá provocar problemas de drenagem,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

cuja situação irá afetar, seguramente, a sua residência face ao expetável deficitário escoamento de águas, assim como trará problemas de humidade na sua residência e poderá provocar inundações no piso inferior da mesma. Deste modo, solicitou que a Câmara diligencie para que esta situação seja resolvida o mais breve quanto possível para que não haja no futuro os problemas que mencionou. O Sr. **Presidente da Câmara**, após ter consultado o processo n.º 12/3845/19, referiu que a fiscalização deslocou-se ao local e verificou que estão a ser executadas obras no local. No entanto, não foi levantado qualquer Auto. Ora, as respetivas obras, efetivamente, estão a ser levadas a cabo sem alvará, pelo que a fiscalização deve levantar o respetivo Auto de Notícia, e deve diligenciar a suspensão das obras. Terá que ser apresentado um projeto de obras para que os serviços técnicos da Câmara apreciem, sem compromisso de aprovação. Os serviços devem, ainda, proceder à devida notificação no próximo sábado.

Nome: Ana Maria Martins

Assunto: Solicita esclarecimentos sobre a não atribuição do subsídio solicitado em dezembro de 2018, pela Paróquia de São Miguel do Vimeiro.

Discussão/Decisão:

A munícipe **Ana Maria Martins** começou por referir que irá fazer a sua intervenção em representação do conselho económico da Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel do Vimeiro. Portanto, no mês de dezembro de 2018 remeteram um pedido de apoio financeiro, mas, até à data, não obtiveram qualquer resposta. Referiu ainda que atualmente estão com muitas despesas, porque tiveram que fazer algumas aquisições (Ex. andores), assim como colocaram contadores de energia elétrica no exterior, na Igreja e na casa paroquial. Também, brevemente, irá realizar-se a missa nova do Tiago, sendo que terão que oferecer uma refeição a todas as pessoas que participarem na mesma. Por conseguinte, ficou incumbida de vir aqui para reforçar a necessidade da Câmara conceder-lhes um apoio financeiro. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que foi feito um apanhado de todos os pedidos apresentados, desde 2016 até meados de dezembro de 2018, por associações ou instituições do Concelho, cujos pedidos já foram todos pagos. Por conseguinte, se o pedido de apoio financeiro apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel do Vimeiro não foi pago, então, certamente, será pago este ano. Assim sendo, ir-se-á analisar o respetivo pedido e, oportunamente, será dada uma resposta.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A Sr.^a Vereadora **Vanda Oliveira** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

1.º - Deslocação a Bad Liebenzell (Alemanha) - Lista dos convidados: Solicitou que lhe fosse facultada uma cópia da lista dos convidados da deslocação a Bad Liebenzell (Alemanha).

O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

1.º - Villa Park Café: Referiu que, para além do contrato de arrendamento, gostava de ver a planta que foi objeto de licenciamento do respetivo equipamento. Referiu ainda, em relação à questão do regulamento, que já tinha solicitado numa reunião anterior que fosse definida uma data concreta para que esta questão fosse balizada no tempo. Não havendo esse balizamento este problema vai sendo arrastado e discutido reunião após reunião, sem que se produza qualquer efeito prático. Deste modo, reiterou que deve ser definida uma data para os serviços e para o próprio Órgão Executivo. Não se deve ter receio de assumir objetivos, porque se não for possível concretizar na data estipulada por algum motivo, pode-se prorrogar. Mas, pelo menos, estão a ver “o fim à vista”. Neste momento isso não é possível vislumbrar, isto é, não se consegue ver o fim deste problema. É necessário, efetivamente, que a Câmara elabore um Regulamento de acordo com a lei em vigor, para que tenha uma ferramenta que permita agir perante este tipo situações (Ex. barulho excessivo), cujas queixas, neste caso, são dirigidas ao Villa Park Café. Como autarcas não podem permitir que este tipo de situação exista. Ficou muito incomodado porque sentiu a intervenção da munícipe sobre esta matéria, porque foi visível que a mesma está desesperada. Isto não pode acontecer e a resolução de parte deste problema está nas mãos do Sr. Presidente da Câmara. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que o jurista está a terminar o Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços. Assim sendo, o mesmo será presente na próxima reunião de Câmara.

2.º - Igreja do Castelo: Referiu que a mesma encontra-se encerrada e não se sabe o que irá acontecer. Deste modo, disse que gostava de ser esclarecido sobre o seguinte: qual foi o documento técnico que serviu de base à tomada de decisão do encerramento. Neste momento a aludida Igreja está fechada para que não existam riscos. No entanto, o Verão está a chegar e, por conseguinte, haverá mais turistas, sendo que a Igreja do Castelo é um dos ícones em termos religiosos, arte e arquitetura do concelho da Lourinhã. Nestes termos, o facto de terem aquele monumento fechado não é desejável. Aliás, o mesmo estando fechado também se



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

deteriora, porque não existe arejamento, cuja situação traz outros problemas. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que o documento que serviu como base para o encerramento da Igreja do Castelo foi o estudo geofísico que foi elaborado, cujo documento foi remetido à DGPC e foi dado conhecimento do seu teor à Paróquia. Deste modo, irá remeter cópia do aludido documento ao Vereador António Augusto Antunes para que o mesmo também tenha conhecimento do teor do referido estudo. Atualmente, o processo tem vindo a ser discutido com a DGPC no sentido de se definir as ações que serão tomadas. Provavelmente, antes de serem feitas quaisquer obras que estão projetadas no âmbito do PARU, terão que ser feitas sondagens na envolvente da Igreja do Castelo. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** sobre a reabertura do monumento, questionou sobre qual é o entendimento que existe. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que só poderão considerar a reabertura depois de serem feitos os devidos estudos e a DGPC pronunciar-se sobre os mesmos. Mas quer realçar que a propriedade da Igreja do Castelo não é do município. A Câmara apenas emitiu um parecer através da Proteção Civil Municipal, tendo a Paróquia acolhido a proposta do encerramento expressa no aludido parecer. Referiu ainda que corrobora com o Vereador António Augusto Antunes quando o mesmo referiu que aquele monumento é um ícone da Lourinhã. Decerto que todos gostam da Igreja do Castelo e, certamente, estão todos disponíveis para contribuírem para uma solução. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que o Sr. Vereador João Serra informou numa reunião anterior que uma empresa iria fazer uma segunda sondagem. Inclusive, nessa altura, até tiveram uma opinião diferente sobre o tipo de sondagem que deveria ser feita. Por conseguinte, quer perguntar se a respetiva empresa já se deslocou ao local para fazer a aludida sondagem. O Sr. Vereador **João Serra** informou que isso ainda não aconteceu, dado que essa situação está a ser concertada com a DPCJ e com o Eng. João Bessa, uma vez que é o técnico que está a acompanhar este processo. Mas, oportunamente, será feita a respetiva sondagem. Contudo, para concretizar a aludida sondagem terá que se abrir um procedimento concursal, face ao valor, pelo que irá demorar, no mínimo, 45 dias. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** questionou qual é o valor que está em causa. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que o estudo geotécnico, mais as sondagens, rondava, salvo erro, entre 17 mil euros a 18 mil euros. Disse ainda que a Câmara quer, efetivamente, encontrar a melhor solução para esta situação, mas não podem ultrapassar as obrigações legais e administrativas em vigor. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** questionou se as sondagens que se pretende fazer são intrusivas ou eletrónicas. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que existem duas correntes de opinião (geólogos), mais concretamente, há quem considere que as sondagens intrusivas vão



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

aumentar o risco no edifício e outros consideram que não. No entanto compete à DJPC justificar e decidir sobre essa situação.

O Sr. Vereador **João Serra** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

1.º - II Demonstração Temática de Segurança e Proteção Civil da Lourinhã: Informou que irá realizar-se o evento referido em título no dia 02.06.2019. O mesmo irá decorrer ao longo desse dia na zona envolvente do edifício dos Paços do Município, onde será feita uma demonstração dos meios e da forma como as entidades atuam num cenário de catástrofe, pelo que poder-se-á visitar as viaturas presentes e haverá demonstrações temáticas, exposição de fardamentos e de diverso material de apoio utilizado nas operações de proteção e socorro. Deste modo, convidou os elementos do Órgão Executivo para estarem presentes.

2.º - Época balnear 2019: Referiu que irá haver um reforço de 2 nadadores salvadores, mais concretamente, um irá reforçar a vigilância na Praia da Areia Branca e outro na Praia de Valmitão. Serão ainda reforçados os meios complementares. Ir-se-á tentar também instalar um repetidor em Paimogo a fim de melhorar as comunicações em VHF. Será ainda reforçada a vigilância com uma moto de água e ao nível do socorro foi adquirida mais uma prancha. Foi também colocada na Praia da Areia Branca uma casa de apoio à Proteção Civil e aos nadadores salvadores, estando a mesma equipada com um desfibrilhador, cujo equipamento considera que é importante existir naquela zona. É de salutar que parte dos investimentos ao nível da segurança são garantidos pelos próprios concessionários. Por isso, existe esta abertura por parte dos concessionários. Espera que não aconteça nenhum incidente durante o verão. Claramente houve um reforço ao nível da segurança das pessoas.

3.º - Festival da Batata 2019 - Moita dos Ferreiros: Referiu que a inauguração do Festival da Batata 2019 terá lugar no dia 15.06.2019, às 14,30 horas, na Misericórdia – Moita dos Ferreiros, e contará com a presença do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Capoulas Santos.

4.º - 11.ª Edição da Quinzena Gastronómica do Polvo: Referiu que é um evento que está a decorrer desde o dia 23.05.2019 e termina no dia 02.06.2019. Referiu ainda que na segunda-feira passada houve uma passagem no programa “Praça da Alegria” (RTP1) sobre este evento. Quer também agradecer à Rádio Clube da Lourinhã, dado que fez uma grande reportagem sobre a 11.ª Edição da Quinzena Gastronómica do Polvo. Também amanhã o Vice-presidente da Câmara, Dr. José Tomé, irá estar no programa “A Tarde é Sua” (TVI), assim como representantes de 2 restaurantes. No dia 30.05.2019 a SIC virá ao concelho onde, no âmbito deste evento, será confeccionado um prato e uma sobremesa. Regista ainda com agrado que



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

este ano, dos 20 restaurantes participantes, 5 estiveram na televisão, cuja situação em termos e retorno é bastante elevado.

O Sr. Vereador **José Tomé** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

1.º - Dia Mundial da Criança: Informou que ir-se-á comemorar este evento no dia 2 de junho, na Praça José Máximo da Costa, sendo que, para o efeito, haverá diversas atividades lúdico-pedagógicas. Também na “II Demonstração Temática de Segurança e Proteção Civil da Lourinhã” haverá iniciativas reservadas às crianças, pelo que existirá uma conjugação entre estes dois eventos. O Sr. Vereador **João Serra** referiu ainda que, no âmbito do projeto “INTERREG Cephs&Chefs - Octopus, Squid, Cuttlefish - Sustainable Fisheries and Chefs”, o Município da Lourinhã celebrou um protocolo com a Universidade de Aveiro, cujo objetivo é que a aludida universidade participe na Quinzena Gastronómica do Polvo com a realização de eventos. Deste modo, nesta edição participará no dia 02.06.2019 numa iniciativa educativa designada por “Polvos, os troca-tintas!”, inserindo-se, igualmente, nas comemorações do Dia Mundial da Criança.

2.º - Sarau de Ginástica Lourigym 2019 (10.º Edição e 1.º Internacional): Informou que no dia 01.06.2019 irá realizar-se a 10ª Edição (1.ª Internacional) do Sarau de Ginástica Lourigym 2019. Referiu ainda que nesta edição contará com a participação de um grupo alemão de ginastas.

O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

1.º - Deslocação de uma comitiva da OesteCIM aos Estados Unidos - Congresso “Smart Cyties New York”: Informou, sucintamente, de como tinha decorrido a deslocação da comitiva da OesteCIM aos Estados Unidos para participar no Congresso “Smart Cyties New York”, sendo este considerado o principal evento da América do Norte para debater a inovação e a vida no futuro das cidades. Referiu ainda que a OesteCIM irá elaborar, por escrito, um resumo desta viagem, pelo que, oportunamente, dará conhecimento do seu teor ao Órgão Executivo.

2.º - Reunião com o Capitão dos Destacamento Territorial da GNR de Torres Vedras – Guarda-Noturno: Informou que realizou uma reunião com o capitão do Destacamento Territorial da GNR de Torres Vedras cujo objeto da mesma foi o processo do Guarda Noturno, para que o respetivo processo tenha o respetivo encaminhamento.

3.º - Convite – Centro Social Paroquial São Vicente de Paulo - Bodas de Diamante: Informou que, por convite do Centro Social Paroquial São Vicente de Paulo, esteve presente na celebração nas bodas de diamante (60 anos) deste Centro no dia 24 de maio.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

4.º - Real Confraria do Bacalhau do Vimeiro: Informou que foi constituída a Real Confraria do Bacalhau do Vimeiro no dia 13.05.2019.

5.º - Aquisição do Edifício da Adega Cooperativa da Lourinhã: Informou que esteve numa reunião na ESTAMO, cujo edifício é propriedade desta entidade. Referiu ainda que os termos da aquisição já estão definidos. Portanto, o valor total da venda é de 280.000,00 €. Será agora celebrado um contrato promessa de compra e venda, cujo montante, em princípio, será 20% do valor total. A escritura depois será feita no mês de janeiro de 2020. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** questionou se já tinha sido definido com a direção da Adega as condições de utilização do respetivo espaço. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que ir-se-á agendar uma reunião com a Direção da Adega para se definir o valor do arrendamento das aludidas instalações. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que importa também definir as condições, dado que, na sua opinião, a Adega merece um cuidado especial neste assunto. O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que a reunião com a direção da Adega já está agendada. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que depois gostaria de ter conhecimento sobre aquilo que irá ser acordado entre a Câmara e a Direção da Adega.

6º - Reuniões de Câmara para o mês de junho de 2019: Colocou à consideração da Câmara a realização das reuniões de Câmara, para o mês de junho de 2019, da seguinte forma:

DIA	HORA	TIPO	LOCAL
07.06.2019	15,00 HORAS	ORDINÁRIA	SALA DE REUNIÕES DO ÓRGÃO EXECUTIVO
26.06.2019	15,00 HORAS	ORDINÁRIA (PÚBLICA)	SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO

----- A Câmara concordou. Assim, deverão considerar-se, desde já, convocados, para as acima referidas reuniões, todos os membros do Órgão Executivo.-----

----- ORDEM DO DIA-----

----- INFORMAÇÃO FINANCEIRA:-----

PONTO 1 – a) Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **23/05/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **23/05/2019**;-----

PONTO 2 - Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **23/05/2019**.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

-----OUTRAS DELIBERAÇÕES-----

PROPOSTA: - Presente a seguinte proposta, que em baixo se transcreve:

DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:

PONTO 3 – N.º 6376/2019, DE 24/05 – PROPOSTA DE DOAÇÃO A FAVOR DA ADAPECIL DO LOTE 16, DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA CEGONHA / CANCELAMENTO DE CLÁUSULA DE REVERSÃO:

“Em reunião de câmara de 25 de dezembro de 2014, foi aprovada uma proposta do presidente, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a autorizar a doação a favor da ADAPECIL do lote 16, com a área de 1535,00 m², inscrito na matriz urbana sob o artigo 6.778, da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1366 da Freguesia da Lourinhã.

Foi ainda deliberado incluir na escritura, celebrada em 20 de janeiro de 2015, uma cláusula de reversão caso fosse dado ao bem um destino diferente do indicado.

Dado que a doação se destinava à ampliação do equipamento existente complementando-o com a construção de um lar residencial para responder às novas necessidades que resultam do envelhecimento dos utentes, houve necessidade de se proceder à anexação dos 2 lotes para efeitos de candidatura.

Feitas as diligências para o efeito junto da Conservatória, constatou-se, por um lado que a cláusula de reversão, embora sendo apenas incluída na doação do prédio referido, com a anexação iria afetar o outro prédio o que poderá criar algumas dificuldades à Associação, nomeadamente, em eventuais financiamentos.

Por outro lado, foi ainda apurado que a cláusula de reversão, tendo sido prevista sem prazo, é nula afetando o próprio contrato e inviabilizando a anexação.

Ora, sendo reconhecido à Associação um papel de elevada importância para o Município nas áreas da prestação de cuidados e da educação, torna-se imperativa uma solução que permita à entidade prosseguir com a sua missão, sendo de todo conveniente que aquela cláusula não produza efeitos.

Assim, não tendo para Município aquela cláusula uma importância extrema, sendo mais relevante a atividade da Associação, por ser reconhecidamente de interesse público e contribuir em grande medida e há largos anos para o desenvolvimento das atribuições autárquicas de promoção e salvaguarda dos interesses da nossa população.

E considerando que o contrato de doação celebrado, mesmo sem a referida cláusula, se enquadra nos fundamentos jurídicos que estiveram na base da deliberação de 25 de dezembro de 2014;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

PROPONHO

Face ao exposto,

Que a câmara autorize o cancelamento da cláusula de reversão que consta da escritura de doação celebrada em 20 de janeiro entre o Município da Lourinhã e a ADAPECIL atendendo ao previsto na al. o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que permite à câmara deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos existentes e à al. g) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma legal, no que se refere às doações.

Paços do Município, Lourinhã 21 de maio de 2019

O Presidente da Câmara

João Duarte Anastácio de Carvalho”

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

INFORMAÇÕES: - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

DO SR. VEREADOR JOÃO SERRA

PONTO 4 – N.º 5074/2019, DE 26/04 – COMEMORAÇÕES DO 211º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DO VIMEIRO – APOIO À ASSOCIAÇÃO PARA A MEMÓRIA DA BATALHA DO VIMEIRO:

“ O Município da Lourinhã, a Junta de Freguesia do Vimeiro e a Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro têm articulado entre si a organização da **Recriação Histórica & Mercado Oitocentista**, que terá lugar de 19 a 21 de julho, na localidade do Vimeiro. Para a Recriação Histórica da Batalha travada entre as tropas luso-inglesas e as francesas em agosto de 1808, prevê-se a participação de cerca de duas centenas de recriadores nacionais e estrangeiros que simularão os combates ocorridos naquela época. Paralelamente decorrerá um Mercado Oitocentista com mostra de costumes, artes, ofícios e gastronomia, procurando recriar um mercado de rua do século XIX, para o qual se prevê a inscrição de 80 expositores.

Trata-se de um evento de grande relevância para o município, nomeadamente no que concerne à sua afirmação como destino turístico também na vertente de turismo militar, contribuindo para a captação e retenção de fluxos turísticos e consequente expectativa de reflexos positivos na economia local.

Considerando que a Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro, tem desempenhado um importante papel na promoção e divulgação do património histórico-militar do concelho. A participação do seu Grupo de Recriação em inúmeros eventos de recriação no país e no estrangeiro, tem contribuído sobremaneira para que a Recriação da Batalha do Vimeiro conte com um número cada vez maior de recriadores nacionais e estrangeiros.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Considerando que umas das competências das autarquias locais, no âmbito das atividades de interesse municipal, traduz-se em apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea u), do n.º 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013.

*Assim, em face do exposto, e considerando que o esforço de investimento a apoiar é de manifesto interesse para o concelho, proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere aprovar, **uma transferência de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros) para a Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro**, destinada a suportar os encargos com as referidas comemorações, para que as mesmas se concretizem com a qualidade indispensável à afirmação do evento, da localidade e do concelho, de acordo com a seguinte calendarização:*

- 10 000,00€ em maio de 2019*
- 35 000,00€ 1ª quinzena de julho de 2019*

O Vereador em Regime de Permanência

(João José da Silva Serra, Eng.º)

A Câmara deliberou aprovar a atribuição da respetiva comparticipação financeira, com base e nos termos da informação supratranscrita.

O Sr. Vereador **José Tomé** não participou na discussão e votação do presente assunto, por impedimento, retirando-se da sala.

DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO:

PONTO 5 – N.º 5152/2019, DE 29/04 – REQUERIMENTO BOLSA ESTUDO:

“A requerente solicitou, no passado dia 15 de janeiro e concluiu o processo com a entrega de documentos no dia 22 de abril, apoio para prosseguimento do estudo no ensino superior, encontrando-se matriculada, desde o ano letivo 2015 / 2016, no curso de línguas e literatura da Universidade de Évora.

Efetuou a primeira e única candidatura a bolsa de estudo no ano letivo 2015 / 2016, não lhe ter sido atribuído subsídio, por ter apresentado um rendimento per capita superior ao 3º escalão, definido no n.º 1 do art.º 22 do Regulamento para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos,

A requerente faz parte de um agregado familiar composto por 3 pessoas, sendo a própria e seus pais. No passado dia 15 de setembro o pai sofreu um acidente agrícola tendo-lhe sido diagnosticado tetraplegia e, segundo relatório médico, o grau de reversibilidade das lesões é mínimo ou nulo. Neste momento encontra-se na Instituição Quinta da Relva em Alenquer, internado nos Cuidados Continuados Integrados na Unidade de Média Duração e Reabilitação,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Apesar de parte dos custos com o internamento serem comparticipados pela Segurança Social, a família suporta uma mensalidade no valor de 358,00 €.

Neste momento, a família conta com um rendimento mensal no valor de 971,80 €, resultantes do subsídio de doença do pai e vencimento da mãe que acumula ainda um valor (incerto) de subsídio de trabalho noturno e suplementar.

Face ao exposto e sendo o pedido analisado ao abrigo do Regulamento supracitado, nos termos do nº 1 do art.º 23 do mesmo documento o pedido seria indeferido por incumprimento do prazo para efeito de entrega de candidatura,

Caso não seja considerado esse indeferimento justificando-se pelas circunstâncias que motivaram o pedido ter sido realizado fora de prazo, avaliando o rendimento da família, o mesmo seria igualmente indeferido por apresentar um rendimentos per capita superior ao 3º escalão.

Contudo e embora no referido Regulamento não seja tido em conta para efeito de cálculo, a dedução das despesas de saúde, pela natureza da incapacidade do doente que aponta que as mesmas sejam fixas por um período alargado de tempo, o que causa, necessariamente, uma redução efetiva no orçamento, mensal da família, caso seja entendimento considerar a dedução desta despesa, poderá, salvo melhor opinião, e tendo como referência os valores fixados em regulamento, ser atribuído um subsídio no valor de 500,00 €, correspondente ao Escalão III.

Á consideração Superior

A Técnica

Carla Henriques”

A Câmara deliberou aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 500,00 €, correspondente ao Escalão III, com base na informação supratranscrita.

DOS CONCURSOS:

PONTO 6 – N.º 6270/2019, DE 22/05 – AQUISIÇÃO DE 14 MODELOS DE DINOSSAUROS Á ESCALA

REAL - RELATÓRIO FINAL:

“Exmo. Senhor

Presidente da Câmara,

O júri do procedimento, constituído por:

Presidente: Engenheiro João José da Silva Serra, Vereador da Câmara Municipal da Lourinhã;

1.º Vogal Efetivo: Arquiteta Cecília Gonçalves Santos Maurício, Técnica Superior da Divisão de Serviços Operacionais da Câmara Municipal da Lourinhã;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

2.º Vogal Efetivo: Doutor Bruno Miguel Claro Pereira, Paleontólogo do GEAL – Museu da Lourinhã.

Encarregam-me de enviar o Relatório Final fundamentado, juntamente os demais documentos que compõem o processo de concurso, à Câmara Municipal da Lourinhã, órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este órgão, nos termos do nº 4 do artigo 148.º do CCP, decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

A Responsável pela Direção do Procedimento

A Técnica Superior

Maria de Lurdes dos Anjos Pereira e Henriques”

Informação dos Concursos, de 22/05/2019: “Segue em anexo o Processo do procedimento afim de ir em agenda à reunião do Órgão Executivo da CML a realizar no dia 28/05/2019. O Vereador João Serra, na próxima reunião de Câmara, sendo presidente de júri neste procedimento não deverá votar e nem sequer participar na discussão da proposta, nos termos do art.º 44º/1, d) do CPA – “Impedimentos”. Após a deliberação, agradecia que fosse extraída certidão. Maria de Lurdes dos Anjos Pereira e Henriques”

A Câmara deliberou aprovar o respetivo relatório final, que aqui se dá por transcrito, fazendo parte integrante da Minuta da Ata, para efeitos para adjudicação.

O Sr. Vereador **João Serra** não participou na discussão e votação do presente assunto, por impedimento, retirando-se da sala.

DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

PONTO 7 – N.º 6302/2019, DE 22/05 – AQUISIÇÃO, POR LOTES, DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS:

“Exmo. Sr. Presidente

A pedido do júri do procedimento, e como Responsável pela Direção do Procedimento, junto envio o RELATORIO FINAL e demais documentos integrantes (relatório preliminar elaborado em 2019/05/10), para aprovação do órgão competente.

Eis quanto me cumpre informar,

A Responsável pela Direção do Procedimento

A Assistente Técnica

(Teresa Maria da Silva Leal dos Santos)”

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o respetivo relatório final, que aqui se dá por transcrito, fazendo parte integrante da Minuta da Ata, para efeitos de adjudicação.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira, António Augusto Antunes e Hernâni Santos** abstiveram-se.

DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS:

PONTO 8 – N.º 4327/2019, DE 05/04 – TRABALHOS COMPLEMENTARES - EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA EB 23 DR. AFONSO RODRIGUES PEREIRA" (ART.º 370.º DO CCP) (RATIFICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DE 10/04/2019, QUE ENVIU: a) à Coordenação Financeira para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município; b) à CNE/DAG para providenciar a necessária Adenda n.º1 ao Contrato inicial.

"1 - Enquadramento

- 1 - Empreitada "Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira";*
- 2 - Adjudicatário - Pinto Miranda – Engenharia e Construção Unipessoal, Lda.;*
- 3 - Preço contratual – 619.374,20€;*
- 4 - Auto de Consignação – 08/10/2018;*
- 5 - Prazo limite para reclamação de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos do n.º 3 do artigo 378.º do CCP, com as suas posteriores alterações - 07/12/2018*
- 6 - Por e-mail datado de 07/12/2018 o empreiteiro Pinto e Miranda - Engenharia e Construção, Lda., da empreitada de " Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira" submeteu à fiscalização uma proposta de trabalhos complementares de suprimimento de erros e omissões de projeto nos termos e com os fundamentos constantes do documento em anexo I e anexo II.*
- 7 – Por e-mail datado de 13/12/2018, a fiscalização solicitou ao empreiteiro seguintes elementos de forma a analisar os documentos por si enviados (anexo III):*
 - 7.1 – Plantas com pormenores tipo, dos trabalhos apresentados;*
 - 7.2 – Apresentação das medições e orçamento dos trabalhos apresentados, no mesmo grau de detalhe do projeto apresentado;*
 - 7.3 – Especificar a tipologia dos materiais e elementos apresentados.*
- 8 – A 4 de fevereiro de 2019, o empreiteiro através de e-mail anexo IV, o entrega os elementos solicitados.*
- 9 – A 5 de fevereiro de 2019, foram enviados ao projetista "Camilo e Dulce, Lda." os referidos erros e omissões do caderno de encargos apresentados pelo empreiteiro, para que o mesmo se pronunciasse ao abrigo da assistência técnica do projeto.*
- 10 – A 11 de fevereiro, 14 e 27 de março o projetista apresenta a sua pronúncia aos erros e omissões de projeto apresentados pelo empreiteiro, anexo V e VI.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

11 – *Analizados a lista de trabalhos complementares apresentado pelo empreiteiro e a pronúncia dos mesmos pelo projetista, na qualidade de diretor de fiscalização, venho pelo presente informar superiormente quais os trabalhos complementares considerados essenciais e necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos em obra, cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e que resultam de circunstância não previstas, não sendo os mesmos técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono de obra, tipificados nos seguintes itens:*

A - Mapa de erros de Projeto

Artigo 2.1 – *Por se tratar de uma cobertura com pouca inclinação a medição é feita em projeção horizontal (situação mencionada no mapa de medições). Nas medições detalhadas do processo está indicado a forma de medição (ver no anexo V). Os artigos 2.1 e 4.1 têm a mesma quantidade de trabalho e a forma de medição é igual.*

Confirma-se a medição de concurso, pelo que não será de aceitar o referido erro.

Artigo 2.2 e 4.1 – *O desenvolvimento da platibanda e da caleira foi verificada em obra e confirma-se 1.20m.*

Confirma-se assim que a medição de projeto está correto, pelo que não será de aceitar o referido erro.

Artigo 2.10 – *A área medida de levantamento de pavimentos é praticamente igual ao previsto para aplicação de novos pavimentos, Levantamento 1.184,77m², novos pavimentos 1.196m². (ver no anexo V). O que se verificou é uma incompatibilidade entre o previsto na peça desenhada na especialidade Arquitetura e a quantidade medida no Mapa de quantidade. Tratando-se assim um erro de quantidade, correspondente ao compartimento BAR. Quanto ao compartimento ArG (junto da papelaria) verificou-se em obra a necessidade de remoção do antigo pavimento em alcatifa, em mau estado de conservação e tratando-se de um material inflamável.*

Considera a Fiscalização que será de aceitar o erro de quantidade de apenas 40,65 m² x 2.40€ (preço contratual) = 97.56€. Por consequência, propõe-se um trabalho complementar adicional do art.7.1 no bar de 34,74 m² x 24.50€ (preço contratual) = 851,13€ e do art.7.3 (papelaria) de 5,91 m² x 29.50€ (preço contratual) = 174, 35€.

Artigo 4.1 e artigo 2.1 – *Em anexo segue a medição detalhada do levantamento da cobertura existente e a medição da execução da cobertura nova. Por se tratar de uma cobertura com pouca inclinação a medição é feita em projeção horizontal. Nas medições detalhadas do processo está indicado a forma de medição (ver no anexo V). Os artigos 2.1 e 4.1 têm a*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

mesma quantidade de trabalho e a forma de medição é igual. Assim confirma-se a medição de concurso.

Artigo 4.2. – *Confirma-se a medição de concurso.*

Confirma-se assim que a medição de projeto está correto, pelo que não será de aceitar o referido erro.

Artigo 5.1 – *Estando o desenvolvimento verificado, 1,20m, de acordo com o art. 2.2, a medição de concurso está correta.*

Confirma-se assim que a medição de projeto está correto, pelo que não será de aceitar o referido erro.

Artigo 7.6 – *Confirma-se a medição de concurso.*

Confirma-se assim que a medição de projeto está correto, pelo que não será de aceitar o referido erro.

Artigo 8.2 – *Confirma-se a medição de concurso.*

Confirma-se assim que a medição de projeto está correto, pelo que não será de aceitar o referido erro.

Em resumo confirma-se as medições de projeto e apresentadas a concurso. Se existe divergências entre a medição efetiva da obra e a medição de projeto, elas terão de ser detalhadas por parte do empreiteiro, devidamente apresentadas e justificadas e para depois serem verificadas pela fiscalização.

B - Mapa de omissões ao projeto

Artigo 1.1 – *A obra foi lançado a concurso tendo por base a sua execução por duas fases. A execução das novas infraestrutura deveria garantir o faseamento da obra. Poderá ser aceite este trabalho visto ser feito para garantir o abastecimento até o anel exterior estar concluído.*

Aceite o trabalho proposto.

Artigo 1.2 e 1.3 – *De acordo com o projetista, o levantamento inicial da obra foi realizado em 2016. Três anos depois verifica-se que o revestimento exterior apresenta algumas deficiências (fendilhação e revestimento solto) que para executar o revestimento previsto tem de se executar reparações e tratamento dos elementos em betão. Este trabalho deve ser analisado em conjunto com o artigo 1.3. Os trabalhos de pinturas exteriores devem ser analisados no seu todo visto que as atividades utilizam os mesmos meios de apoio e em grande parte são executados pela mesma equipa. Estando previstos 4.616,54m² de pintura exterior e estimando uma área de 30% do total, 1385m², a reparar e um valor de mercado de 2,75€/m², teríamos um valor de 3.808,75€ para executar as deficiências resultantes da degradação de 3 anos.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Este poderia ser um valor base para os artigos 1.2 e 1.3 reclamados pelo empreiteiro. O articulado de concurso já previa preparação e reparação das superfícies exteriores a pintura. Junta se em anexo um documento 5.5.artigo1.2 e 1.3_pinturas exteriores, onde apresenta a medição detalhada do articulado.

Considerou a Fiscalização, verificando as condições atuais das paredes, em péssimo estado, seria de aplicar uma demão de tinta texturada de modo a regularizar a superfície. Desta forma, propõe-se a regularização na totalidade da superfície de 4.616,54m², pelo valor unitário de 2€/m², 4.616,54m² X 2,00€ = 9.233,08€. Ao invés dos trabalhos reclamados pelo o empreiteiro que já se encontravam incluído na descrição dos art. 9.4 e 9.5 do mapa de quantidades e caderno de encargos.

Artigo 1.4 – Este trabalho não consta da medição realizada para a obra.

Aceite o trabalho proposto.

Artigo 1.5 – Este trabalho trata-se de uma omissão no mapa de quantidade, uma vez que não consta da medição realizada para a obra mas sim no projeto de drenagem do balneário.

Aceite o trabalho proposto.

Artigo 1.6 – O trabalho de criação de uma caixa de betão para proteção do separador de gordura em zona de circulação automóvel não foi considerado. O valor apresentado para execução dos trabalhos de acordo com o fornecedor do equipamento está dentro custos de mercado para os trabalhos a executar. Deve o empreiteiro garantir as condições de dimensões e estabilidade solicitada pelo instalador e fornecedor do separador.

Aceite o trabalho proposto.

Artigos 1.7 e 1.8 – No projeto não estava contabilizado a execução e definição das pendentes de acordo com a nova disposição das grelhas de drenagem de águas no pavimento da cozinha. Desta forma, os trabalhos encontravam-se omissos, logo não foram contabilizados no MQT posto a concurso. Os valores apresentados pelo empreiteiro estão elevados entre 10 a 15% em relação a preços de mercado.

Propõe a Fiscalização, para estes artigos 1.7 e 1.8 o valor de 1.410,75€ e 3.372,50€ respetivamente.

Resumo:

TRABALHOS COMPLEMENTARES PROCESSO N.º 1



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

TRABALHOS	ACEITAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES	PREÇO DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES	% DOS TRABALHOS
Mapa de erros de projeto			
2.1	Não aceite	0,00 €	0 %
2.2	Não aceite	0,00 €	0 %
2.10	Parcialmente aceite	97,56€	0,02%
4.1	Não aceite	0,00 €	0 %
4.2	Não aceite	0,00 €	0 %
5.1	Não aceite	0,00 €	0 %
7.1	Proposto pela Fiscalização por consequência do art.2.10	851,13€	0,14%
7.3	Proposto pela Fiscalização por consequência do art.2.10	174,35€	0,03%
7.6	Não aceite	0,00 €	0 %
8.2	Não aceite	0,00 €	0 %
MAPA DE OMISSÕES DE PROJETO			
1.1	Aceite	1.000,00€	
1.2	Não aceite na totalidade	9.233,08€	1,49%
1.3			
1.4	Aceite	700,00€	0,11%
1.5	Aceite	705,54€	0,11%
1.6	Aceite	4.500,00€	0,73%
1.7	Aceite	1410,75€	0,23%
1.8	Aceite	3.372,50€	0,54%
TOTAL		22.044,91 €	3,56%



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Perante a listagem acima identificada, formalizou-se o processo de trabalhos complementares para o suprimento de Erros e Omissões N.º1, à empreitada de “Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira”, considerando-se para os devidos efeitos a lista de trabalhos complementares que se anexo à presente informação, os quais foram analisado e identificados pelo projetista e fiscalização os essenciais para o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e conclusão da presente empreitada.

Da lista apresentada pelo empreiteiro, sobre os trabalhos decorrentes de erros de quantidade e omissões de trabalho com espécie similar a trabalhos contratualizados, foi aplicado os preços atribuídos neste contrato de empreitada, designadamente nos artigos 2.10, 7.1 e 7.3.

Aos trabalhos de omissões, designadamente nos novos artigos 1.1 ao 1.8 de trabalhos completos Proc. N.º1, foram atribuídos novos preços, tendo para o efeito em alguns casos sido aceite o preços proposto pelo empreiteiro e noutros apresenta-se uma contra proposta de preço pelo Dono de Obra para a sua execução, tendo em consideração os preços de mercado atuais, conforme consta nas anotações da listagem de análise no documento em Anexo V e VI.

Em suma, **o valor total referente ao Processo de trabalhos complementares para suprimentos de erros e omissões – Proc n.º1 é de 22.044,91€** (vinte e dois mil e quarenta e quatro euros e noventa e um cêntimos), o qual corresponde a **3.56% do preço contratual** (619.374,20€- preço contratual da empreitada), logo inferior ao estabelecido no n.º 2 do artigo 370.º do CCP (10%).

Mais se apurou que, **a responsabilidade pelos presente trabalhos complementares necessários para a execução desta empreitada é 100% do Dono de Obra**, por terem sido resultantes dos elementos elaborados ou disponibilizados por si ao empreiteiro, designadamente o caderno de encargos e elementos de solução da obra, assim como os mesmos foram reclamados pelo empreiteiro no prazo de 60 dias após a consignação dos trabalhos, os quais só eram detestáveis durante as circunstâncias reais da execução da obra, conforme estabelecido no artigo 378.º do CCP.

Caso, os trabalhos referidos sejam passíveis de aprovação pelo Dono de Obra, os valores a considerar, resumem-se ao seguinte quadro:

Quadro Resumo de Valores		
Valor da Adjudicação	619.374,20 €	100,00%
Valor dos trabalhos a menos art.º379º	0,0 €	0,0 %



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Trabalhos de suprimento de Erros e Omissões N.º1	A suportar pelo DO	22.044,91 €	3,56 %
	A suportar pelo EMP.	-	-
Cumprimento da alínea b) do ponto 2 do art.º370º (não exceder 10%)		22.044,91 €	3,56 %
Valor total dos trabalhos a executar		22.044,91 €	3,56 %
Valor total dos trabalhos a suportar pelo D.O.		22.044,91 €	3,56 %

A aprovação dos presentes trabalhos de suprimento de erros e omissões, poderá dilatar o prazo de execução da empreitada (art.º 373, 374 do CCP).

Conclusão:

Face ao exposto, **submete-se à consideração superior a aprovação da lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º1**, que se apresenta em **anexo VII**, à presente Informação, trabalhos complementares apresentados que revestem-se de espécie e quantidades estritamente necessários à integral execução do objeto do contrato, sendo a responsabilidade pelos erros e omissões de 100% do Dono de Obra.

Caso a mesma venha a merecer concordância do Dono de Obra (Câmara), será ordenada a sua execução ao empreiteiro, nos termos do n.º 2 do artigo 370º do CCP.

Tendo em conta que o prazo para a pronúncia sobre a Lista de erros e omissões apresentado, por questões de urgência, submete-se a decisão sobre a mesma a despacho do Sr. Presidente, o qual deverá ir a ratificação na próxima reunião de Câmara.

Mais de informa que, dever-se-á promover a necessária Adenda ao Contrato Inicial de Empreitada de obra pública de "Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira" n.º 029/2018, relativamente ao preço destes trabalhos complementares decorrentes do suprimento de erros e omissões – Proc n.º1, agora proposto. Assim como relativamente ao prazo de execução da 1ª Fase com prorrogação de 50 dias, conforme Inf. 1173/2019 de 24/01/2019 (anexo VIII).

Solicita-se ainda o posterior envio:

- à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município;
- à **CNE/DAG** para providenciar a necessária Adenda n.º1 ao Contrato inicial.

À consideração superior.

O Técnico Superior

Anexo I –E-mail do Empreiteiro com Erros e Omissões;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Anexo II - Mapa de Erros e Omissões apresentada pelo Empreiteiro;

Anexo III – Pedido de entrega de elementos ao empreiteiro;

Anexo IV – E-mail enviado da Fiscalização ao Projetista

Anexo V – Pronuncia do Projetista 1

Anexo VI – Pronuncia do Projetista 2

*Anexo VII – Lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões
Processo n.º1*

Anexo VIII – Informação 1173/2019 de 24/01/2019”

Informação da DSO, de 23/05/2019: “Reencaminha-se a presente informação para envio à CM para ratificação do despacho do Sr. Presidente proferido a 10/04/2019.”

Despacho do Srº Presidente da Câmara, de 10/04/2019: “À CF. p/ cabimento e posterior envio ao CNE p/ Adenda nº1 ao contrato.”

A Câmara deliberou, por maioria, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 10.04.2019 que enviou: **a)** à Coordenação Financeira para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido a respetiva lista de trabalhos complementares; **b)** ao CNE/DAG para providenciar a necessária Adenda n.º1 ao Contrato inicial.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira, António Augusto Antunes e Hernâni Santos** abstiveram-se.

PONTO 9 – N.º 6360/2019, DE 23/05 – PROJETO DE EXECUÇÃO INTERVENÇÃO NO ESPAÇO MUSEOLÓGICO “ORIENTAÇÃO NO MAR”:

“Considerando que é objetivo deste executivo camarário a submissão do projeto de Intervenção No Espaço Museológico “Orientação No Mar” para efeitos de candidatura ao Programa Operacional MAR 2020, Aviso N.º 4/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos, remete-se à Câmara Municipal para a aprovação do projeto de execução que se anexa, acompanhado da Informação técnica nos termos do RJUE, comprovativa da observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes são aplicáveis.

Informação Técnica

1. Identificação e caracterização da Obra



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Refere-se a presente informação técnica ao Projeto de Intervenção no Espaço Museológico “Orientação No Mar”, o qual visa a realização de alterações a ampliação ao edifício existente, localizado na Avenida da Liberdade, Freguesia de Ribamar, concelho da Lourinhã.

O edifício existente, foi um espaço de construção naval. Posteriormente foi construído um edifício que deu lugar à primeira escola primária de Ribamar. Foi por isso escolhido para encarnar as memórias da vila de Ribamar e honrar todos os que, com esta profissão árdua, contribuíram para o desenvolvimento desta terra e subsequentemente do próprio concelho.

O projeto desenvolvido visa o melhoramento quer das infraestruturas quer do próprio material utilizado para dar a conhecer a história sociocultural, não só da freguesia de Ribamar, mas do concelho da Lourinhã. A concretização desta operação irá criar as necessárias condições de visitação do espaço e respetivo espólio.

Assim sendo, o projeto contempla a demolição de parte da construção existente no alçado tardoz e posterior construção da zona das instalações sanitárias e a ampliação do edifício para a criação de uma nova sala destinada a arquivo etnográfico, bem como propõe-se dotar a totalidade dos espaços de condições de acessibilidade a todos.

O edifício alvo e intervenção encontra-se implantado sobre o terreno propriedade do Município da Lourinhã, na Avenida da Liberdade, da Freguesia de Ribamar, concelho de Lourinhã, correspondendo ao prédio Urbano n.º 1610 da freguesia de Ribamar, concelho de Lourinhã, registado na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóvel da Lourinhã com o número 1185/20070228, com uma área total de 897.00 m².

2.Conformidade com o plano Diretor Municipal

Em conformidade com o Plano Diretor Municipal (PDML), ratificado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 131/99, publicado em Diário da República (D.R.), I Série - B, N.º 250, de 26 de outubro de 1999 e Aviso n.º 4975/2010 publicado em D.R., II Série, N.º 47, de 9 de março de 2010 com Declaração de Retificação n.º 750/2010 publicada em D.R., II Série, N.º 74, de 16 de abril de 2010 e Aviso n.º 4795/2013 publicado em D.R., II Série, N.º 69, de 9 de abril de 2013, a área da presente pretensão encontra-se inserida em “Aglomerado Urbano de nível 2 – núcleo urbano.

Mais se informa que, a construção pretendida trata-se de renovação e ampliação de edifício existente, enquadrando no disposto no ponto 2 do artigo 30.º do PDML em vigor, cumprindo o índice de implantação líquido máximo abaixo de 1 e garantindo o alinhamento e cêrcea média dos edifícios confinantes. Logo, encontra-se em conformidade com o disposto no PDM em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

3. Servidões e restrições de utilidade pública

Quanto a servidões e restrições de utilidade pública, somos de informar que a construção a intervencionar encontra-se confinante com a Estrada Nacional 247, abrangida pela servidão rodoviária non aedificandi, nos termos do artº32 da lei nº34/2015 de 27 de abril, pelo que caso o presente projeto venha a merecer concordância superior deverá ser solicitada autorização administrativa rodoviária- Infraestruturas de Portugal, quanto às obras a realizar dentro da zona de servidão rodoviária em questão nos termos da alínea a) do nº2 do art.º 42 da citada lei.

4. Outras Normas legais e regulamentares

Em termos de acessibilidades, o projeto dá cumprimento às Normas Técnicas de Acessibilidades, constantes no D.L. 163/2006, de 8 agosto.

4.1. Aspeto exterior e inserção urbana e paisagística, uso proposto

Quanto ao aspeto exterior e paisagístico e inserção no local, informa-se que não se vê inconveniente na proposta apresentada.

5. Infraestruturas existentes

O terreno alvo de intervenção encontra-se confinante com arruamentos públicos, que dispõe de todas as infraestruturas básicas necessárias à sua construção.

Conclusão:

Face ao exposto propõe-se que o conjunto de peças escritas e desenhadas anexas, que compõe o Projeto de Execução - Intervenção No Espaço Museológico "Orientação No Mar", seja enviado à Câmara Municipal, para a respetiva apreciação e aprovação, condicionada á autorização para a realização das obras das infraestruturas de Portugal.

À consideração superior,

Anexos:

Projeto de Execução, composto por:

1. Projeto de Arquitetura
2. Projeto de Estabilidade
3. Projeto de Redes Prediais de Água
4. Projeto de Redes Prediais de Esgotos
5. Termo de responsabilidade (para efeitos de isenção de projeto de desempenho energético e pré-certificado energético)
6. Declaração de Dispensa Projeto de condicionamento acústico
7. Projeto de Instalações elétricas
8. Projeto de Instalações de telecomunicações



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

9. *Projeto de SCIE*
10. *Plano de Segurança e Saúde*
11. *Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de construção e Demolição*
12. *Especificações técnicas*
13. *Lista de trabalhos, Mapa de quantidades e Orçamento (estimativa)*

Helia Maria Neves Cordeiro Carvalho, Eng^a, OE nº71020

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que, na sequência da análise que fez aos elementos que constam da proposta, verificou que será constituída uma nova sala e ir-se-á reformular as casas de banho. No entanto, através do projeto não conseguiu identificar um circuito dispositivo, cuja situação fará com que os espaços sejam individualizados, isto é, todas as salas terão disposições completamente individuais. Deste modo, esta situação, leva-lhe a perguntar o seguinte: prevê-se que, efetivamente, exista uma visitação das pessoas pelos vários espaços em modo de circuito dispositivo?

O Sr. Vereador **João Serra** referiu que, nesta altura, aquilo que está em causa não é a estratégia do projeto em si, nomeadamente aquilo que vai ser o futuro do espaço. Portanto, no projeto, a sala do lado direito, quando se entra no edifício, versará a temática de Estevão Henriques; a sala da esquerda versará a temática relacionada com as pessoas, sobretudo a dos pescadores, e tudo o que esteja relacionado com a pesca e o espaço localizado nas traseiras terá um cariz socioeducativo, sendo que será mais direcionado para o público infantil. Assim, são estes os 3 espaços diferenciados que vão servir de base ao futuro espaço museológico de Ribamar.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que a referência que faz e com algum conhecimento técnico é a seguinte: considera que deveria haver aqui um circuito dispositivo. Contudo, não lhe parece que o espaço em causa esteja dotado dessa característica. Deste modo, chamou a atenção para essa situação.

O Sr. Vereador **João Serra** referiu que nesta altura existe uma limitação financeira. A candidatura teve que encolher face às obras que são necessárias executar no respetivo edifício. Estão a tentar dignificar ao máximo o espaço em relação às possibilidades financeiras. Por conseguinte, é esta a proposta que é possível apresentar. Mas concorda que noutras condições poder-se-ia melhorar o circuito de visitação. Mas a questão prende-se, efetivamente, com a componente financeira.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que não estão em causa os custos, porque poder-se-ia com algumas reformulações ao projeto melhorar o circuito de visitação. Considera que como está atualmente existe uma grande colisão de pessoas entre salas.

O Sr. Vereador **João Serra** referiu que, em relação à disposição do espaço, pretende-se distinguir as temáticas que já mencionou (sala à direita e à esquerda) e que se complementam. Relativamente à sala que fica nas traseiras a mesma tem um cariz socioeducativo. Portanto, não se pretende criar uma circulação como o Vereador Hernâni Santos referiu. Por exemplo, se houver uma visita de crianças, as mesmas podem dirigir-se diretamente à sala de cariz socioeducativo. Concorde que existem limitações em relação ao espaço, mas, dentro das possibilidades financeiras, estão a tentar dignificar e potenciar ao máximo o mesmo.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu ainda que, também em termos de vigilância, como o espaço está programado, se houver apenas um vigilante, o mesmo não consegue visualizar todas as salas, isto é, não terá uma visão ampla, cuja situação neste aspeto também não é adequada.

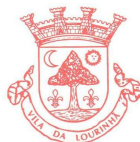
O Sr. Vereador **João Serra** referiu que nesta 1.ª fase irá tomar nota das situações apontadas pelo Sr. Vereador Hernâni Santos e irá falar com os técnicos. Agora, quer alertar para o seguinte: se o projeto não for aprovado pode-se pôr em risco a execução desta obra, dado que o projeto aprovado terá que ser concluído até ao final do ano. Por outro lado, o aludido projeto no próximo ano pode ser melhorado, porque o financiamento conseguido pela candidatura, quase que o termina todo. Nesta fase fica concluído na questão do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto no que concerne à acessibilidade, na reconstrução do espaço que fica atrás e nas entradas e saídas. Portanto, é uma projeto que irá continuar, isto é, o mesmo não termina este ano.

A Câmara deliberou aprovar o respetivo Projeto de Execução - Intervenção No Espaço Museológico "Orientação No Mar", anexo à Minuta da Ata, estando, no entanto, a realização das obras condicionada à autorização das Infraestruturas de Portugal.

CONTRATOS:

PONTO 10 – REGISTO N.º 6269/2019, DE 22/05 – MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS: - Presente a Minuta de Contrato acima referida, que aqui se dá por transcrita, fazendo parte integrante da Minuta da Ata:

A Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Aprovar a respetiva minuta de contrato; **2.º** - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira, António Augusto Antunes e Hernâni Santos** abstiveram-se.

PONTO 11 – REGISTO N.º 6331/2019, DE 23/05 – MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – AQUISIÇÃO DE 14 MODELOS DE DINOSSAUROS À ESCALA REAL: - Presente a Minuta de Contrato acima referida, que aqui se dá por transcrita, fazendo parte integrante da Minuta da Ata:

A Câmara deliberou: **1.º** - Aprovar a respetiva minuta de contrato; **2.º** - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o contrato.

PROCESSO JUDICIAL:

PONTO 12 – Presente, para conhecimento, o seguinte **PROCESSO JUDICIAL:**

REGISTO MYDOC N.º 4503/2019 , DE 16/05 N.º 138/19.0BELSB AUTOR: Zurich RÉU: Município da Lourinhã	Contestação	A Câmara tomou conhecimento
--	--------------------	-----------------------------

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE

INFORMAÇÕES: - Presentes as seguintes informações, que em baixo se transcrevem:

PONTO 13 - REGISTO N.º 6289/2019, de 22/05 – ADITAMENTO - COMISSÕES DE VISTORIAS:

“Na sequência das informações referentes à constituição das comissões e grupos de trabalhos aprovadas pela Câmara Municipal, submete-se à aprovação deste Órgão a constituição das mesmas com indicação de mais dois elementos, por forma a maximizar as mesmas, porquanto integraram os serviços municipais mais dois trabalhadores.

Assim, proponho a seguinte composição das comissões de vistorias e grupos de trabalho:

Comissão de Vistorias – Autorização de utilização de edifícios ou suas frações

Nos termos do artigo 64.º e seguintes do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, a comissão deve ser composta pelos seguintes técnicos:

Membros efetivos

Arqtª Claudia Margarida Esteves Fernandes Loureiro (DOTUA)

Arqº Bruno da Silva Corado Mauricio (DOTUA)



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Arqt^a Ana Luísa Silva Henriques (DOTUA)

Eng^a Susie Paula Carvalho (DOTUA)

Fiscal José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira (DAG)

Membros Suplentes

Eng^a Claudia Godinho Santos (DSO)

Arq^a Carla Isabel Esteves Gomes Domingues (DOTUA)

Eng.^o Pedro Ricardo Santos Rolim (DSO)

Comissão de Vistorias – Utilização e conservação do edificado

Nos termos do artigo 90.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, a comissão deve ser composta pelos seguintes técnicos:

Membros efetivos

Arqt^a Claudia Margarida Esteves Fernandes Loureiro (DOTUA)

Arq^o Bruno da Silva Corado Mauricio (DOTUA)

Arq^a Carla Isabel Esteves Gomes Domingues (DOTUA)

Eng^a Susie Paula Carvalho (DOTUA)

Fiscal José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira (DAG)

Dr.^a Sofia Isabel Gonçalves Rodrigues Delgado (DOTUA)

Membros Suplentes

Arqt^a Ana Luísa Silva Henriques (DOTUA)

Eng^o Claudia Godinho Santos (DSO)

Eng.^o Pedro Ricardo Santos Rolim (DSO)

Eng^a Sandra Luís Filipe (DOTUA)

Eng^o Daniel Márcio Fernandes Neves (SMPC)

Comissão de Vistorias – Obras de urbanização

Nos termos do artigo 87.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, a comissão deve ser composta pelos seguintes técnicos:

Membros efetivos

Arq^o Bruno da Silva Corado Mauricio (DOTUA)

Arqt^a Marina Isabel da Pires (DOTUA)

Eng^a Susie Paula Carvalho

Fiscal José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira (DAG)

Outros Técnicos, a indicar em função da especificidade das obras de urbanização

Membros Suplentes



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Arqt^a Claudia Margarida Esteves Fernandes Loureiro (DOTUA)

Arqt^a Ana Luísa Silva Henriques (DOTUA)

Arq^a Carla Isabel Esteves Gomes Domingues (DOTUA)

Eng.^o Pedro Ricardo Santos Rolim (DSO)

Outros Técnicos, a indicar em função da especificidade das obras de urbanização

Comissão de Avaliação de Imóveis

Nos termos do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, e demais legislação aplicável, a comissão deve ser composta pelos seguintes técnicos:

Membros efetivos

Eng^o Susie Paula Carvalho (DOTUA)

Assist. Téc. João Paulo Rodrigues de Sousa (DOTUA)

Assist. Téc. João Filipe Bruno Mil-Homens (DOTUA)

Membros Suplentes

Eng^o Daniel Márcio Fernandes Neves (SMPC)

Dr. Luis Filipe Martins Gomes (DOTUA)

Comissão de vistorias – Estabelecimentos de alojamento local

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-lei 128/2014, de 29 de agosto, na redação atual, a comissão deve ser composta pelos seguintes técnicos:

Membros efetivos

Arqt^a Ana Luísa Silva Henriques (DOTUA)

Arq^a Carla Isabel Esteves Gomes Domingues (DOTUA)

Dr. Fernando José Martins Ferreira (CTC)

Membros suplentes

Arq^o Bruno da Silva Corado Mauricio (DOTUA)

Arqt^a Claudia Margarida Esteves Fernandes Loureiro (DOTUA)

Fiscal José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira (DAG)

Dr. Pedro Pestana Gonçalves (CTC)

Comissão de vistorias – Obras de demolição

Nos termos do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro

Membros efetivos

Arqt^a Claudia Margarida Esteves Fernandes Loureiro (DOTUA)

Arq^o Bruno da Silva Corado Mauricio (DOTUA)



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Eng^a Susie Paula Carvalho (DOTUA)

Fiscal José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira (DAG)

Membros Suplentes

Arqt^a Ana Luísa Silva Henriques (DOTUA)

Arq^a Carla Isabel Esteves Gomes Domingues (DOTUA)

Eng.^o Pedro Ricardo Santos Rolim (DSO)

Eng^o Daniel Márcio Fernandes Neves (SMPC)

Comissão Municipal de Toponímia

Nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Policia, publicado por Aviso n.º 9475/2012 em Diário da República, 2ª Série, n.º 133 de 11 de julho de 2012, a comissão deve ser composta pelos seguintes elementos:

Membros efetivos

Presidente da Câmara Municipal, João Duarte Anastácio de Carvalho, que presidirá;

Vereador com competências delegadas, João José da Silva Serra;

Chefe da DOTUA Luís Filipe Martins Gomes

Dr^a. Carmen Sofia Filipe Santos Esteves (DOTUA)

O Presidente da respetiva Junta de Freguesia

Um representante dos CTT – Correios de Portugal

Membros Suplentes

Assist. Téc. João Paulo Rodrigues de Sousa (DOTUA)

Grupo de Trabalho – Licenciamento de exploração de massas minerais

Nos termos do n.º 2 do Artigo 5º do Decreto-lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, na redação atual, que estabelece o regime de licenciamento de exploração de massas minerais, o grupo de trabalho deve ser composto pelos seguintes técnicos:

Membros Efetivos

Arqt^a Marina Isabel da Pires (DOTUA)

Eng^a Sandra Luís Filipe (DOTUA)

Fiscal José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira (DAG)

Membros Suplentes

Dr^a. Carmen Sofia Filipe Santos Esteves (DOTUA)

Eng^a Susie Paula Carvalho (DOTUA)

Arq^a Carla Isabel Esteves Gomes Domingues (DOTUA)



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

Sem prejuízo da composição das referidas comissões/grupos de trabalho, sempre que a legislação específica o determine, serão constituídas comissões/grupos de trabalho com técnicos habilitados para o efeito, para cumprimento da mesma.

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Martins Gomes”

A Câmara deliberou aprovar.

PONTO 14 - REGISTO N.º 6272/2019, de 22/05 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VIMEIRO:

“Tendo em conta que o Município da Lourinhã apresenta um conjunto de espaços urbanos cujo valor patrimonial, urbanístico e arquitetónico importa preservar, valorizar e potencializar, o Executivo Municipal avançou com um conjunto de espaços para efeitos de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU’s). A Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vimeiro encontra-se definida nos termos do regime jurídico da reabilitação urbana, definido pelo DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto.

Dando continuidade a este eixo estratégico de desenvolvimento, o Executivo Municipal pretende alargar e permitir que outras localidades possam beneficiar dos incentivos fiscais inerentes a cada uma das ARU’s, tendo os municípios possibilidade de proceder a obras de requalificação de um conjunto vasto de edifícios e assim melhorar as condições de vida da população, renovando gradualmente os tecidos urbanos mais compactos e onde se denotam degradações decorrentes do envelhecimento próprio, da sobrecarga de usos, ou ainda do desajustamento dos desenhos da sua organização a novos modos de vida.

Assim, apresenta-se e propõe-se à apreciação do Órgão Executivo a Proposta de Delimitação do Vimeiro efetuada nos termos do já citado Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na sua redação atual.

Aquando dos procedimentos de delimitação, foi auscultada a Junta de Freguesia de Vimeiro, tendo a mesma concordado com a delimitação; com os objetivos e benefícios que decorrem da mesma.

A Área de Reabilitação Urbana a aprovar pela Câmara Municipal e posteriormente pela Assembleia Municipal, apresentam, entre outros, os seguintes objetivos:

- Fomentar a revitalização urbana;*
- Assegurar a integração funcional e a diversidade económica, social e cultural no tecido urbano existente;*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública

- Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;
- Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados;
- Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural;
- Modernizar as infraestruturas urbanas;
- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;
- Promover o desenvolvimento de um espaço que pelas suas características se assume no contexto Municipal e Regional como diferenciador e catalisador de um património cultural.

Em face do exposto, propõe-se a aprovação da delimitação da **Área de Reabilitação Urbana de Vimeiro**, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º do DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, devendo após aprovação da mesma dar-se continuidade a toda a tramitação prevista no diploma legal suprarreferido.

Anexos:

- Relatório de caracterização e diagnóstico do aglomerado urbano de Vimeiro;
- Relatório de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vimeiro;

À Consideração Superior,

O Chefe de Divisão

Luís Filipe Martins Gomes, Dr.”

A Câmara deliberou aprovar a Área de Reabilitação Urbana de Vimeiro, com base e nos termos da informação supratranscrita.

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 18,00 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim _____, O Assistente Técnico -----

_____, O Presidente da Câmara. -----



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 15/2019
Reunião Ordinária de 28 de maio de 2019
Pública